

Disciplina: Contratos administrativos (DES0439)		Curso: Graduação Faculdade de Direito – USP	
1º Semestre de 2024– Quintas-feiras – 20h00 –23h15	Carga horária semanal – 60h	Turmas: única	
Nome do Professor: Prof. Dr. Gustavo Justino de Oliveira – Departamento de Direito do Estado - DES			

I. EMENTA: Panorama dos contratos públicos. Natureza e regime jurídico das subcategorias dos contratos públicos. Formação dos contratos públicos. Formação dos contratos administrativos e fase pré-contratual: efeitos do julgamento, vinculação e efeitos da adjudicação. Prerrogativas da Administração Pública. Equilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição. Mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos. Consequências da inexecução do contrato: sanções administrativas, caducidade e encampação. A extinção do contrato administrativo. Contratos administrativos em espécie: (i) empreitada de obras e de serviços; e, (ii) fornecimento de bens de forma contínua e única; ata de registro de preços; (iii) alienação de bens públicos; (iv) delegação de serviços públicos; (v) contratos de parceria; (vi) contratos de programa; (vii) contratos de gestão; e, (viii) contratos administrativos atípicos.

II. OBJETIVOS: O curso CONTRATOS ADMINISTRATIVOS tem por objetivo estudar e discutir os principais aspectos normativos, doutrinários e jurisprudenciais que envolvem as relações contratuais da Administração Pública. Nesse contexto, o curso proporciona um debate e uma reflexão crítica acerca do posicionamento doutrinário e jurisprudencial da matéria, a partir de metodologia que contempla discussões com base em estudos de casos.

III. CRONOGRAMA E PROGRAMAÇÃO

Aula	Dia	Assunto
1	07/03	Apresentação da disciplina. Metodologia. Avaliação. Aula 1: Panorama dos contratos públicos
2	14/03	Aula 2: Natureza e regime jurídico das subcategorias dos contratos públicos
3	21/03	Aula 3: Prazos dos contratos administrativos
4	28/03	Recesso Semana Santa
5	04/04	Aula 4: Formação dos contratos administrativos e fase pré-contratual: efeitos do julgamento, vinculação e efeitos da adjudicação
6	11/04	Aula 5: Prerrogativas da Administração Pública
7	18/04	Aula 6: Equilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição Discussão de casos (1)
8	25/04	Aula 7: Consequências da inexecução do contrato: sanções administrativas, caducidade e encampação Discussão de casos (2)
9	02/05	Aula 8: Extinção do contrato administrativo Discussão de casos (3)
10	09/05	Aula 9: Contratos administrativos em espécie: (i) empreitada de obras e de serviços; (ii) fornecimento de bens de forma contínua e

		única; e, (iii) alienação de bens públicos
		Discussão de casos (4)
11	16/05	Aula 10: Contratos administrativos em espécie: (iv) delegação de serviços públicos; e, (v) contratos de parceria.
		Discussão de casos (5)
12	23/05	Aula 11: Mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos contatuais: arbitragem, mediação, dispute boards
		Discussão de casos (6)
13	30/05	Feriado de Corpus Christi

IV.AVALIAÇÃO: A avaliação será composta da seguinte forma: **(i)** elaboração e entrega de relatório escrito de jurisprudência (6 pontos) e exposição oral do relatório de jurisprudência (4 pontos) - (10 pontos) e **(ii)** trabalho referente ao conteúdo da disciplina (10 pontos).

V.BIBLIOGRAFIA GERAL

BRASIL. Lei n. 8.666/1993, União Federal. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm

BRASIL. Lei n. 8.987/1995, União Federal. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm

BRASIL. Lei n. 10.520/2002, União Federal. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm

BRASIL. Lei n. 11.079/2004, União Federal. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm

BRASIL. Lei n. 11.107/2005, União Federal. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm

BRASIL. Lei n. 12.462/2011, União Federal. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12462.htm

BRASIL. Lei n. 13.934/2019, União Federal. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13934.htm

BRASIL. Lei n. 14.133/2021, União Federal. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm

AMARAL GARCIA, Flávio. Concessões, parcerias e regulação. São Paulo: Malheiros, 2019.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros. 32. ed., 2015.

BITTENCOURT, Sidney. Nova lei de licitações: passo a passo. 1. reimpr. Belo Horizonte: Fórum, 2022

CALDAS, Roberto. Parcerias público-privadas e suas garantias inovadoras nos contratos administrativos e concessões de serviços públicos. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

CÂMARA, Jacintho Arruda; SOUSA, Ana Paula Peresi de. Existem cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, v. 279, n. 2, p. 185-208, maio/ago. 2020.

CAMELO, Bradson; NÓBREGA, Marcos; TORRES, Ronny Charles L. Análise Econômica das Licitações e Contratos: de acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações). Belo Horizonte: Editora Fórum, 2022.

CARVALHO, Matheus, OLIVEIRA, João Paulo, ROCHA, Paulo Germano. Nova Lei de Licitações comentada. Salvador: Juspodivm, 2021.

DAL POZZO, Augusto Neves; CAMMAROSANO, Márcio; ZOCKUN, Maurício. Lei De Licitações e Contratos Administrativos Lei 14.133/21 Comentada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Licitações e Contratos Administrativos: Inovações da Lei

14.133, de 1º de Abril de 2021. São Paulo: Forense, 2021.

_____, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública. 12. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

FORTINI, Cristiana; OLIVEIRA, Rafael Sérgio Lima; CAMARÃO, Tatiana. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Volume 1: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2022.

GARCIA, Flávio Amaral. Licitações e contratos administrativos: casos e polêmicas. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

GUIMARÃES, Fernando Vernalha. Concessão de serviço público. São Paulo: Saraiva, 2012.

HEINEN, Juliano. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei n. 14.133/21. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Juspodivm, 2022.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses ; JACOBY FERNANDES, Ana Luiza . Lei nº 14.133/2021. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

_____, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratações administrativas. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

_____, Marçal. Teoria geral das concessões de serviço público. São Paulo: Dialética, 2003.

LAMARÃO, Ronaldo Coelho. Reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos: à luz da jurisprudência do TCU e da AGU: reajuste, revisão, repactuação. Curitiba: Juruá, 2015.

MADUREIRA, Claudio. Licitações, Contratos e Controle Administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

MARRARA, Thiago. As cláusulas exorbitantes diante da contratualização administrativa. Revista de Contratos Públicos – RCP, Belo Horizonte, ano 3, n. 3, p. 237-255, mar.ago. 2013.

MAROLLA, Eugenia Cristina Cleto. Concessões de serviço público: a equação econômico-financeira dos contratos. São Paulo: Verbatim, 2011.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Serviço público e concessão de serviço público. São Paulo: Malheiros, 2017.

MOREIRA, Egon Bockmann. Direito das Concessões de Serviço Público: Concessões, parcerias, permissões e autorizações. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2022.

NIEBUHR, Joel de Menezes (Coord.). Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2. ed. Curitiba: Zênite, 2021 (Ebook).

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. Contrato de gestão. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

_____, Gustavo Justino de. Direito Administrativo Pragmático. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

_____, Gustavo Justino de. Especificidades do processo arbitral envolvendo a Administração Pública. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São

Paulo, 2017. Disponível em:
<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/49/edicao-1/especificidades-do-processo-arbitral-envolvendo-a-administracao-publica>

_____, Gustavo Justino de; ESTEFAM, Felipe Faiwichow. Curso prático de arbitragem administração pública. São Paulo: RT, 2019.

_____, Gustavo Justino de (Coord.); BARROS FILHO, Wilson Accioli (Org.). Acordos administrativos no Brasil: teoria e prática. São Paulo: Almedina, 2020.

OLIVEIRA, João Paulo; CARVALHO, Matheus; GERMANO ROCHA, Paulo. Nova Lei de Licitações Comentada e Comparada. Comentários à Nova Lei de Licitação (Lei 14.133/2021), artigo por artigo. Salvador; Juspodivm, 2023.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende (Coord.), MARÇAL, Thaís (Coord.). Estudos sobre a Lei 14.133/2021: nova lei de licitações e contratos administrativos. Salvador: Juspodivm, 2021.

_____, Rafael Carvalho Rezende. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Forense, 2022.

PIRES, Antonio Cecílio Moreira, PARZIALE, Aniello Reis. Comentários à nova Lei de Licitações Públicas e Contratos Administrativos: Lei n. 14.133, de 1. de abril de 2021. São Paulo: Almedina, 2022.

ROCHA, Wesley (Coord.), VANIN, Fábio Scopel (Coord.), FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli de (Coord.). A nova Lei de Licitações. São Paulo: Almedina, 2021.

SANTOS, Fernanda Marinela de Souza, CUNHA, Rogério Sanches. Manual de licitações e contratos administrativos. 2. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Juspodivm, 2022.

SARAI, Leandro (Org.). Tratado da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 14.133/21 comentada por advogados públicos. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Juspodivm, 2022

SUNDFELD, Carlos Ari; CÂMARA, Jacintho Arruda. Uma crítica à tendência de uniformizar com princípios o regime dos contratos públicos. Revista de Direito Público da Economia – RDPE, Belo Horizonte, ano 11, n. 41, jan./mar., 2013